

## O DIREITO À CIDADE E AS EXPERIÊNCIAS DO NESSOP

Autores:

Westphal, Vera Herweg<sup>1</sup>

Kohler, Iliane<sup>2</sup>

Santos, Maria Teresa dos<sup>3</sup>

Cortizo, Maria del Carmen<sup>4</sup>

Santos, Sidiane<sup>5</sup>

Carvalho, Débora Josiane<sup>6</sup>

**RESUMO:** O NESSOP (Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular), vinculado ao Departamento de Serviço Social, existe com esta denominação desde 1993. O Núcleo é espaço acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social, eticamente comprometido com o atendimento às demandas sócio-políticas das organizações comunitárias em seus projetos de construção e ampliação da cidadania, de exercício da democracia participativa e de articulação das lutas sociais por qualidade de vida na Cidade. As principais linhas de ação do Núcleo na área da extensão são: (1) assessoria à entidades sócio-comunitárias quando solicitado pelas mesmas e (2) organização e desenvolvimento de atividades de formação sócio-política de membros do movimento sócio-comunitário e de representantes da sociedade civil em conselhos gestores de políticas públicas, ou seja, sujeitos participantes de movimentos de base sócio-popular.

Dentre os objetivos extensionistas do Núcleo destacam-se: Contribuir por intermédio de atividades extensionistas para potencializar o processo de organização sócio-política do sujeito popular na construção e efetivação do “Direito à Cidade”; Oportunizar espaços na universidade pública que articulem o conhecimento científico e práticas acadêmicas com o saber popular; Fomentar o debate sobre as formas de organização e de gestão democráticas participativas controle social da coisa pública; Desenvolver atividades de formação sócio-política junto à associações comunitárias, sociais e de moradores de base popular, Assessorar profissionais e/ou organizações sócio-comunitárias no desenvolvimento de ações de formação sócio-política e de metodologias participativas, com vistas à inserção autônoma e cidadã do sujeito popular na cidade e na sociedade.

Os procedimentos de atuação adotados visam o fortalecimento de processos democrático-participativos, valorização dos saberes populares e o engajamento ativo dos sujeitos em todas as etapas dos processos de assessoria ou de formação. A mobilização tem sido importante estratégia para sensibilizar e inserir sujeitos de base popular nas atividades do Núcleo. Em relação a categorias e autores que tem sustentado as atividades do Núcleo, menciona-se: Assessoria: ALVES (2008), DEGASPERI (2008); Mobilização Social: TORO e WERNECK (1996); Participação: SOUZA (1987), TEIXEIRA (2002); Capacitação e formação: FREIRE, ROSSLER; Associativismo Civil: SCHERER-WARREN (1996), LÜCHMANN (2011); Democracia (direta, representativa e participativa): SELL (2006), UGARTE (2004), WERLE (2004), AVITZRER (1996; 2009) . Os Projetos desenvolvidos no

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenadora em exercício do NESSOP e do Projeto de Formação Permanente, Membro do NESSOP desde 2006.2. Contato: [nessop@cse.ufsc.br](mailto:nessop@cse.ufsc.br) / [veraherweg@yahoo.com.br](mailto:veraherweg@yahoo.com.br) Telefone: 00 55 48 37219297-ramal 22.

<sup>2</sup> Professora Aposentada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Membro do NESSOP desde 1992, Coordenadora do Projeto de Atualização Cadastral. E-mail: [ilkohler@terra.com.br](mailto:ilkohler@terra.com.br)

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Membro do NESSOP desde 2006.2, Coordenadora do Projeto Assessoria ao Fórum da Cidade. E-mail: [teresasantos@cse.ufsc.br](mailto:teresasantos@cse.ufsc.br)

<sup>4</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Membro do NESSOP desde 2006.1, Coordenadora do Projeto Direito à Ter Direitos. E-mail: [mariac@cse.ufsc.br](mailto:mariac@cse.ufsc.br)

<sup>5</sup> Bolsista de Extensão do NESSOP desde 2010.1, Graduanda da 4ª. fase do Curso de Serviço Social/UFSC. E-mail: [sidianedossantos@hotmail.com](mailto:sidianedossantos@hotmail.com)

<sup>6</sup> Bolsista de Extensão do NESSOP desde 2010.1, Graduanda da 3ª. fase do Curso de Ciências Sociais/UFSC. E-mail: [debbye\\_true@hotmail.com](mailto:debbye_true@hotmail.com)

biênio (2009-2010) foram: (1) Dados Urbanos; (2) Direito à ter direitos; (3) Cadastro Entidades Comunitárias; (4) Curso de Formação Permanente (CFP); (5) Curso para Assistentes Sociais; (6) Experiências em Cena; (7) Assessoria ao Fórum da Cidade.

Dentre os resultados alcançados nos Cursos, de 110 inscritos, 70 cursistas finalizam-os com frequência de 75%. No Projeto Cadastro, cerca de 90 entidades foram efetivamente atualizadas, proporcionando facilidades de comunicação entre estas e Núcleo. No Projeto Dados Urbanos, cerca de 450 pessoas participaram de atividade educativa e interativa sobre questões relativas à vida sócio-política da cidade. A assessoria ao Fórum da cidade é atividade contínua de apoio e fomento de atividades desenvolvidas pelo mesmo.

O Núcleo tem avaliado suas atividades periodicamente e tem feito mudanças e adequações no sentido de consolidar os seus objetivos extensionistas. Destaca-se que a finalidade das atividades desenvolvidas tem sido o fortalecimento da democracia participativa e o direito à cidade, sobretudo pelo segmento popular e comunitário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à cidade; formação sociopolítica; assessoria; movimento sociocomunitário

## INTRODUÇÃO

O NESSOP por configurar-se como um ambiente acadêmico de reflexão teórico-metodológica e de ação interventiva do Serviço Social, comprometido com as demandas sociopolíticas das organizações sociocomunitárias. No decorrer do biênio 2009-2010, com suas atividades de assessoria e formação sociopolítica objetivou criar espaços na Universidade Pública para a reflexão e a construção do saber; colocar em debate as formas de organização e gestão democráticas das entidades comunitárias, suas estratégias de mobilização social e de participação popular e seus projetos; qualificar ética-pedagogicamente a participação das entidades comunitárias na sua representatividade e; desenvolver através da articulação com o ensino, pesquisa e extensão projetos pedagógicos de formação profissional em Serviço Social e nas suas relações interdisciplinares.

O entendimento de extensão universitária adotada pelo Núcleo como angular no contexto da Universidade pública enquanto possibilidade da articulação de ensino e pesquisa é:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2000/2001)

O direito à cidade, foco de atuação do NESSOP, consiste na compreensão a partir de Lefebvre, para o qual, “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade do participante e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à

propriedade) estão implicados no direito à cidade” (2001, p. 134 – grifos no original). Ou seja, o direito à cidade refere-se à acessibilidade dos direitos numa perspectiva ampla, de participação e usufruto de padrões de civilidade dignificadores da vida em sociedade.

No presente artigo, são abordados Projetos de assessoria e de formação sócio-política desenvolvidos pelo Núcleo, com foco sobretudo no último biênio. Para uma visão mais abrangente das atividades de extensão desenvolvidas pelo Núcleo, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 1: Sistematização geral das atividades do NESSOP no período 2005-2010

<b>Ano</b>	<b>Atividade</b>	<b>Pessoas atingidas</b>	<b>Bolsistas inseridos</b>
Agosto/2005 a Dezembro/2005	Formação Sociopolítica em Gestão Comunitária e Política Urbana	26	01
Março/2007 a Outubro/2007	SEMINÁRIOS REGIONAIS: “O Direito à cidade e o Plano Diretor Integrado e participativo de Florianópolis”	120	05
Dezembro/2008	CAPACITAÇÃO SÓCIOPOLÍTICA DO CORPO DIRETIVO DA UFECO E SUAS BASES: “Proposta de Capacitação para a Diretoria da UFECO”	40	03
Agosto/2008 a Julho/ 2009	FORMAÇÃO SÓCIOPOLÍTICA para lideranças no CARMOCRIS: “Curso de Formação para as Lideranças do CARMOCRIS 2008”	26	01
Maio/2008	OFICINA NA SEMANA DO ASSISTENTE SOCIAL: “O Serviço Social e o Movimento sócio-comunitário em Florianópolis: Trajetórias e Desafios”	17	03
Outubro/2008	MINI-CURSO SEPEX: “O Plano Diretor Integrado e Participativo de Florianópolis: alguns apontamentos”	29	04
Abril/2008 a Julho/2009	PROJETO DE EXTENSÃO: “Areias do Campeche”	415	05
Maio/2009 a Novembro/2009	CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (1ª. edição)	40	04
Outubro/2009	MINI-CURSO SEPEX: “Experiências em Cena VIII”	50	04
Outubro/2009	ESTANDE NA SEPEX: “Dados Urbanos”	± 250	06
Agosto/2009	PALESTRA: “Cultura e saberes: popular, científico, religioso”, com Jessé de Souza	± 120	04
Abril/2010	PALESTRA: “Estado, Política, Democracia e Eleições no Brasil atual”, com Marco Aurélio Nogueira	± 150	05
Maio/2010 a Novembro/2010	CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE: “Ações coletivas, democracia participativa e direitos sociais” (2ª. edição)	40	04
Junho/2010 a Outubro/2010	Curso de Capacitação para Assistentes Sociais: “Democracia e participação – temas para o Serviço Social”	30	01
<b>TOTAL</b>		<b>± 1.500</b>	<b>17</b>

Fonte: Arquivos NESSOP

A tabela acima evidencia que as ações de extensão têm sido no âmbito na assessoria e da formação sociopolítica, alcançando em cinco anos cerca de 1.500 pessoas e possibilitando à 17 estudantes, oportunidades de inserção acadêmica e articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Neste artigo serão expostos projetos de extensão no âmbito da assessoria e da capacitação, com foco, sobretudo, no último biênio, destacando os fundamentos principais, os procedimentos adotados e os resultados obtidos.

## 1. DADOS URBANOS

Este Projeto consiste em uma proposta sócio-educativa em forma de jogo interativo com uma trilha na qual são abordadas questões com o tema referente ao direito a cidade. O intuito é que o participante reflita sobre assuntos como cidadania, cidade, política, associativismo civil, governos municipais, estaduais e federais, entre outros. Para isso, um tabuleiro com números e dois painéis com perguntas sobre o direito à cidade são formuladas. Os participantes lançam dois dados gigantes no chão e a somatória dos números indica a pergunta a ser respondida. Na medida em que acerta as respostas, o participante avança na trilha. Para a realização do jogo foram elaboradas suas normas de funcionamento, ao seu conteúdo lúdico e físico. Foram elaboradas perguntas educativas (distintas entre crianças e adultos), tabuleiro, letreiros, cartazes, painel. Foram feitos contatos para conseguir doações de cartilhas e folders educativos, utilizados como prêmios aos participantes do jogo que alcançaram o final da trilha, junto a, por exemplo, Assembléia Legislativa, Ministério das Cidades, Controladoria Geral da União, Caixa Econômica Federal e outros órgãos.

Os dados urbanos foram apresentados durante a 8ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) da UFSC em 2009, onde foram realizados plantões de trabalho dos bolsistas no estande do NESSOP. Nesta ocasião participaram do jogo 229 pessoas (136 crianças, 66 adolescentes e 27 adultos). Este jogo foi realizado em formato de oficina durante o 28º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul realizado em Florianópolis. A atividade, realizada no dia 09 de setembro de 2010, na Escola Estadual Pe. Anchieta, contou com a participação de 25 estudantes da 6ª série vespertina. Além disso, foi “repaginado”, isto é, reelaborado com novos materiais, mais vistosos, atrativos e de qualidade, para a SEPEX/2010 (21 a 23/10/10). A participação do NESSOP nesse evento foi avaliada pela equipe componente do mesmo, como de grande significado pelo alcance de pessoas possível, uma vez que 324 pessoas participaram do jogo (153 crianças; 73 adolescentes; 97 adultos e 01 idoso), sendo este um número e público não alcançado em outras atividades de formação do Núcleo.

Em 2011, na 10ª SEPEX (19 a 22 de outubro), além do jogo de tabuleiro, serão realizados outros jogos: (a) *Colorindo direitos*: o participante deve colorir as figuras. Abaixo das imagens haverá uma frase de explicação com o significado daquele direito, como direito das crianças, mobilidade urbana (meios de transporte), educação (escola, livros), direito à

cidade (áreas de lazer). (b) *Palavras Cruzadas*: o participante deve completar a palavra nos quadrinhos. (c) *Encontre os sete erros na cidade*: o participante deve apontar as diferenças entre ou erros nas imagens do espaço urbano. (d) *Caça-palavras*: o jogador deve encontrar as palavras indicadas no quadro. (e) *Quebra cabeça*: o participante deve montar o quebra cabeça para formar uma imagem. (f) *Labirinto dos direitos*: o participante deve encontrar o caminho para acessar o seu direito.

## **2. DIREITO À TER DIREITOS**

O projeto de extensão Direito a ter Direitos tem por objetivo proporcionar à população informações sobre os direitos humanos e sobre os procedimentos sócio-jurídicos pertinentes à efetivação dos mesmos a partir das demandas presentes nas comunidades, a fim de reforçar o conhecimento prático sobre os processos de concretização dos direitos junto aos órgãos públicos.

Na perspectiva da proposta do Projeto parte-se do princípio de que os processos educativos para a cidadania são inquestionavelmente meios de transformação social, que expandem os horizontes de compreensão da sociedade e que tem a médio e longo prazo efeitos multiplicadores dos princípios democráticos que sustentam a convivência social e a organização sócio-política.

As declarações, documentos e leis sobre direitos humanos são fundamentais, mas a efetivação desses direitos não acontece de imediato (BOBBIO, 1992). Em um país como o Brasil, a efetivação dos direitos mais elementares de enormes parcelas da população enfrenta sérios obstáculos de índole política, econômica e cultural. São necessárias, portanto, mudanças profundas nos diversos aspectos da vida social. Assim, este projeto visa introduzir elementos que possibilitem a transformação social num desses aspectos: no espaço da cultura política através da informação e conscientização sobre os direitos humanos e sobre as políticas de proteção social, como também sobre os mecanismos concretos para acessar à essas políticas e efetivar esses direitos.

No âmbito do Projeto está-se na elaboração de um manual com informações sobre direitos e sobre práticas em defesa dos direitos. Além disto, há a alimentação do Portal Floripa (em Movimento) com os dados atualizados da rede de proteção de Florianópolis que inclui, entre outros, por exemplo, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Delegacias, Promotorias, Tribunal de Justiça, CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), Previdência Social, Assistência Jurídica Gratuita, Escolas e Creches, Educação para Jovens e Adultos, Centros de Educação Complementar, Projetos Sócio Educativos para Crianças e Adolescentes, Primeiro Emprego, Cursos Profissionalizantes, Abrigos, Adoção, Internação

para Adolescentes, Programas de Liberdade Assistida, Atendimento à Alcoolistas e Dependentes de Drogas, Atendimento a Deficientes, Atendimento a Pessoas com HIV, Atendimento a Pessoas com Câncer, Centros Municipais de Saúde, Comunidades Terapêuticas, Hospitais, Institutos de Longa Permanência para Idosos, Programas Sociais para Idosos, etc.

### 3. CADASTRO DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS E PORTAL SOCIAL

O Projeto, desenvolvido em parceria com a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), tem como objetivo mapear e registrar as Associações de Moradores e Conselhos Comunitários da cidade de Florianópolis, bem como criar uma ferramenta que facilite a comunicação entre as organizações. As ações do Projeto são norteadas pela compreensão de ser a atualização permanente dos dados, um necessário aporte para a vida associativa local e de elevado interesse público para o fortalecimento de uma cultura política comprometida com a sistematização de dados, a qualificação de ações de mobilização social, a democratização de suas relações internas e interlocuções com os demais segmentos organizados da sociedade civil e o Estado. Ao longo dos semestres letivos de 2009.1, 2010.1 e 2010.2, foram abordadas por telefone, correio eletrônico e em reuniões comunitárias 142 Associações de Moradores/Conselhos Comunitários, superando o número de 130 identificadas no documento de referência da UFECO\* utilizado como fonte no projeto. O processo de atualização cadastral acessou dados de associações de moradores/conselhos comunitários localizados nas 09 regiões geopolíticas da UFECO conforme o seguinte tabela

Tabela 2: Situação de Registro das Entidades Comunitárias

REGIÃO	PENDÊNCIAS	COMPLETAS	A CONTATAR	DESATIVADAS	ESPERA E-MAIL	OUTROS	TOTAL
BACIA DO ITACORUBI	4	9	1	0	0	1	15
BACIA DA LAGOA	5	5	0	2	0	1	13
MACIÇO MORRO DA CRUZ	6	10	2	2	1	1	22
ILHA NORTE I	0	14	5	1	2	1	23
ILHA NORTE II	3	8	1	0	1	1	14
ILHA SUL I	0	10	0	0	1	2	13
ILHA SUL II	4	5	2	2	1	3	17
CONTINENTE NORTE	4	5	3	1	0	3	16
CONTINENTE SUL	2	3	1	0	0	3	9
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>69</b>	<b>15</b>	<b>08</b>	<b>06</b>	<b>16</b>	<b>142</b>

Fonte: Projeto Atualização Cadastral das Associações de Moradores/Conselhos Comunitários

O processo de atualização cadastral obteve dados em relação aos seguintes indicadores: identificação da diretoria e dinâmica de gestão, organização sócio jurídica,

comunicação e mobilização social, projetos e atividades, relações com UFECO e FAMESC (Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina), participação nas políticas públicas e questões urbanas. Análise ainda preliminar possibilita evidenciar que as associações de moradores/conselhos comunitários buscam manter-se sócio-juridicamente de acordo às exigências do capítulo V do Código Civil Brasileiro, ao constituírem através de processo eleitoral suas diretorias e ao referenciarem sua dinâmica de gestão e de representação política. A prática política dos dirigentes mantém periodicidade na realização de reuniões, assembléias comunitárias, mas também se identifica práticas que reproduzem processos decisórios insuficientemente comprometidos com a democracia representativa.

A comunicação e mobilização com os moradores de suas respectivas áreas de abrangência realizam-se através de diversos procedimentos, desde os mais tradicionais como a abordagem domiciliar à micro eletrônica como o correio eletrônico. Os principais projetos desenvolvidos atendem demandas relacionadas à cultura popular e lazer como a celebração de datas do folclore local, realização de atividades temáticas dirigidas, particularmente, ao público infantil e idoso, promoção de atividades esportivas. No contexto das políticas públicas há uma significativa participação em espaços tais como: audiências públicas, conferências, fóruns, conselhos locais de saúde e nas sessões do legislativo municipal. As relações com a entidade federada UFECO é expressiva, sendo que do total de entidades abordadas, 60 são filiadas. Já em relação à FAMESC as entidades em sua maioria manifestaram desconhecimento sobre a mesma. O universo de entidades abordadas destacaram a regularização fundiária, direito a moradia, saneamento, qualificação dos serviços de saúde pública, política pública para a juventude, política pública de cultura e arte, transporte público de qualidade e democratização das relações nos processos decisórios, como sendo questões prioritárias na sua agenda de lutas por qualidade de vida nas diversas instâncias da vida política na Cidade. As avaliações referentes a este Projeto indicam otimizar o manejo dos dados coletados bem como a continuidade da sua atualização permanente através de um outro projeto que possibilite a disponibilização contínua e atualizada de informações destas entidades, isto é, a organização de um portal de consultas na internet.

O projeto Portal Social, decorrente do Projeto Cadastro, está em fase de implementação, em parceria com a UFECO e dois outros projetos de extensão institucionais da UFSC, quais sejam, a “Sala Verde” e o “Conexões de Saberes”. Consiste na organização de um sítio eletrônico interativo com dados referentes às associações de moradores/conselhos comunitários, organizações ambientais de Florianópolis e de outros segmentos da sociedade civil organizada do município de Florianópolis. Pretende ser ferramenta para facilitar e agilizar processos de comunicação, visibilizar as diversas expressões de organização da sociedade civil local e suas agendas e, disseminar

conhecimentos para influenciar a eficácia de ações coletivas e emancipatórias. Por fim, conforme definido por Höfer (2004), o portal consiste numa porta de entrada por meio do qual os usuários de sistemas de tecnologia de informação (neste caso, as entidades comunitárias, ecológicas, entre outras) receberão todas as informações de relevância para a realização de um determinado objetivo (neste caso, meio para a articulação em rede de ações, de lutas, e de movimentos sociais).

#### **4. CURSO DE FORMAÇÃO PERMANENTE (CFP): AÇÕES COLETIVAS, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DIREITOS SOCIAIS**

Este Projeto consiste na realização de um curso de cunho sócio-político e tem o foco no que consta como título do Curso: “Ações Coletivas, Democracia Participativa e Direitos Sociais”. Tem como objetivo central abordar conteúdos, que instrumentalizem os cursistas para a realização de leitura crítica e análise da realidade social, com vistas a fortalecer e qualificar a participação nos espaços públicos de decisão e a consolidação da democracia. A Constituição Federal de 1988 trouxe a diretriz da participação social na formulação, implementação e controle social das políticas sociais, sobretudo nos conselhos gestores de políticas públicas. Neste sentido, qualificar a participação nestes espaços para garantir o interesse público e coletivo torna-se desafio para fortalecer o sistema político democrático, o qual deve assegurar igualdade política a população, proteger a liberdade e os direitos, defender os interesses comuns, satisfazer as necessidades dos cidadãos, promover o auto desenvolvimento moral, permitir decisões eficazes (GIDDENS, 2005).

A perspectiva de formação adotada na proposta do CFP significa elucidar, esclarecer, instruir, cultivar, abrindo as dificuldades ou impossibilidades de entendimento do que se processa no mundo. A formação visa apropriação de saber, a fim de que os sujeitos possam escolher, valorar, definir e decidir sobre seu mundo histórico-social, possam ganhar orientações para viver e agir, bem como para se auto-desenvolver, ou seja, formar identidade (KÖSSLER, 1989). Ainda, para Bieri (2005), formação visa orientar, esclarecer e desenvolver a consciência histórica no indivíduo, bem como possibilitar a que este possa articular, relacionar e compreender conhecimentos adquiridos e acumulados.

O curso destina-se para lideranças do movimento sociocomunitário e representantes da sociedade civil em conselhos gestores de políticas públicas. Ou seja, sobretudo o sujeito social popular que de outra forma não encontra possibilidades de capacitação e qualificação sócio-política. Para a efetivação do curso são realizadas atividades de mobilização, pois estas tem o objetivo de despertar o interesse do público alvo para o curso. A seguir, na tabela 3, estão sistematizadas as atividades de mobilização realizadas para o curso.



Tabela 3: Atividades de mobilização para o CFP

<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
Reuniões associações de moradores		09	11	02	22
Reuniões conselhos de direitos		06	02	02	10
Mala direta associações moradores		----	55	124	179
Site e mala direta da UFSC		10.000	10.000	32.000	52.000
Mala direta ex-cursistas CFP		----	30	69	99

Fonte: Elaboração própria.

O CFP tem estrutura modular com disciplinas, agrupando temas referentes ao direito à cidade e exercício da cidadania. Os módulos com objetivos são: I) “Participação e Democracia” visa uma primeira aproximação com o tema da democracia, sua história e subsídios de análise da democracia no contexto brasileiro atual; II) “Associativismo Civil e Movimentos Sociais” almeja apresentar as formas de organização da sociedade civil referentes à luta por garantia de direitos coletivos, no contexto brasileiro e florianopolitano, em especial o movimento sócio comunitário; III) “Cidades: Regulação e Equidade”, pretende discutir as cidades e a Política Urbana e IV) “Relações Interpessoais em Grupos Sociais”, aborda a importância da comunicação interna do grupo e do planejamento, refletindo sobre o cotidiano associativo e social. As aulas ocorrem na UFSC, com encontros semanais, totalizando 70 horas de curso.

A primeira edição do curso foi realizada em 2009 e contou com a inserção de 40 cursistas, dos quais 32 chegaram ao final do curso. A segunda edição do curso foi realizada durante o período de maio a novembro de 2010, e teve 42 inscritos, dos quais 25 foram concluintes com 75% de frequência. Alguns aspectos destacados pelos cursistas na finalização do curso: o conhecimento adquirido contribuirá na resolução das demandas comunitárias; despertou para a atuação em suas comunidades em prol dos interesses coletivos; motivou para continuar a formação sócio-política; possibilitou a troca de conhecimento e experiência entre as lideranças comunitárias, representantes sociais e ministrantes.

O CFP tem iniciado com todas as vagas preenchidas. Todavia, ao longo das aulas, há desistentes. A realidade de iniciantes e concluintes está exposta na tabela 2, a seguir.

Tabela 4: Cursistas iniciantes e concluintes do CFP

<b>Ano</b>	<b>Iniciantes</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Certificado (75% frequência)</b>
<b>2009</b>	43	32	27
<b>2010</b>	40	27	23
<b>2011</b>	60	----	----

Fonte: Elaboração própria.

Atualmente está em curso a 3ª. Edição do Curso, com a participação de 45 pessoas, iniciado em maio e com finalização prevista para outubro de 2011.

## **5. CURSO PARA ASSISTENTES SOCIAIS**

O curso “Democracia, Sujeitos Coletivos e Participação Social: temas para o Serviço Social” teve como objetivo aprofundar conteúdos referentes à democracia e participação, tendo em vista a qualificação da atuação do profissional de Serviço Social junto aos processos político-organizativos. A motivação para a organização deste Curso decorreu da procura por parte dos Assistentes Sociais para o CFP. Mas este último não tinha como público alvo estes profissionais. Assim, pela demanda identificada por qualificação continuada por parte assistentes sociais, bem como pelo fato da ampliação da participação e consolidação da democracia constarem como finalidade éticas destes profissionais, foi organizada um curso com foco nestas temáticas.

Os fundamentos do curso abordaram as reflexões sobre democracia de Sell (2006) e Ugarte (2004), da Teoria do Reconhecimento de Honneth (2009), de participação em Souza (1987) e Teixeira (2002). Os conteúdos visaram instrumentalizar os profissionais para qualificar sua atuação em processos político-organizativos.

O Curso foi dividido em blocos temáticos: 1) “Participação e Democracia” e 2) “Sujeitos Coletivos, Movimentos Sociais e Políticas de Reconhecimento”. Com carga horária total de 28 horas/aula, os temas foram inter-relacionados e perpassados por eixos fundantes, sendo eles o conceitual, o político, o profissional e o relacional. No término do curso, 20 cursistas receberam certificação pelo Departamento de Projetos de Extensão da UFSC, pois tiveram frequência de 75%, ou seja, compareceram em no mínimo seis dos encontros previstos. Também foi fornecido certificado aos professores ministrantes com carga horária de 04 horas e também para a estagiária e para a bolsista.

## **6. EXPERIÊNCIAS EM CENA**

Trata-se de um projeto que visa visibilizar e discutir as experiências realizadas pelas Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Município de Florianópolis. Colocar as experiências comunitárias em pauta visa servir de reflexão e qualificação das práticas sociais, bem como fortalecer ações e projetos, refletir acerca de processos

organizativos em comunidades urbanas, problematizar as dificuldades e facilidades de processos participativos vividos pelas organizações comunitárias. Além disso, visa fortalecer a relação universidade pública e movimentos socio-comunitário.

Coronologicamente o Experiências em Cena I aconteceu em 28 e 29 de outubro de 2000, abordando o tema “As organizações sócio-comunitárias e Populares em Debate”. O Experiências em Cena II ocorreu em 24 de novembro de 2000, com o tema “O processo de trabalho do Serviço Social na construção da participação sócio-popular nos conselhos de políticas públicas de Florianópolis”. Já o Experiências em Cena III foi realizado em 02 de junho de 2001, com o tema “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis. Desse evento surge o I Fórum da Cidade”. O Experiências em Cena IV transcorreu em 13 de julho de 2002, com o tema “Construindo Espaços e Cidadania”. O Experiências em Cena V efetivou-se em 29 de novembro de 2002, tendo como tema “Construção da Cidadania Coletiva”. O Experiências em Cena VI ocorreu no dia 8 de novembro de 2004 abordando o tema “ A Trajetória do Conselho Operativo do Programa Fome Zero de São José/SC. O Experiências em Cena VII foi realizado em 16 de setembro de 2006 com o tema “Movimento Comunitário na formulação e Controle Social do Plano Diretor Integrado e Participativo: A democratização da política urbana de Florianópolis”. O Experiências em Cena VIII transcorreu em 23 outubro de 2009 com o tema “As associações comunitárias e suas relações: Na própria diretoria, Com seus associados, Com a comunidade local, Com a cidade (núcleo distrital do Plano Diretor, núcleo distrital do Plano Diretor, Fórum da Cidade, outros fóruns sociais, etc.)”. Por fim, o Experiências em Cena IX transcorreu em 22 outubro de 2010 com o tema “Democracia e participação: desafios do novo milênio”.

Nestes eventos as lideranças do movimento sociocomunitário tem se feito presentes. Apesar de cada uma das Experiências em Cena não ter a característica de ser um evento de massa, a participação tem sido entre 80 a 200 pessoas. Vale mencionar que o evento se realiza em forma de planejamento participativo com os expositores, o que tem dado um cunho pedagógico ao mesmo.

A organização destes eventos tem sido pautada na perspectiva educação popular proposto por Freire, quando afirma que “a Educação Popular, de corte progressista, democrática, (...) tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não a pura incidência da ação do educador” (2007, p. 30). Isto implica numa abordagem inclusiva e interativa, que promova espaços de discussão e reflexão acerca da vida em sociedade, com a participação ativa dos sujeitos, valorizando suas experiências, trajetórias e inserção na vida social.

No Experiências em Cena valoriza-se tanto o conhecimento científico como os conhecimentos cotidianos populares, voltados para a formação intelectual e pessoal

pressupondo-os também como condições legítimas para a participação social dos indivíduos. Silva (2007) enfatiza que o processo de aprendizagem deva estar composto por valores como autonomia, participação, interação e reflexão e que na troca de experiências criam-se habilidades e capacidades. A formação de uma cultura política cidadã possibilitará compreender e quiçá superar as contradições existentes em nossa sociedade. Nesse sentido, a participação da sociedade civil manifesta-se através de experiências que visam essencialmente à construção da coletividade, fortalecendo instâncias de controle social e ampliando a construção da democracia participativa.

## **7. ASSESSORIA AO FÓRUM DA CIDADE**

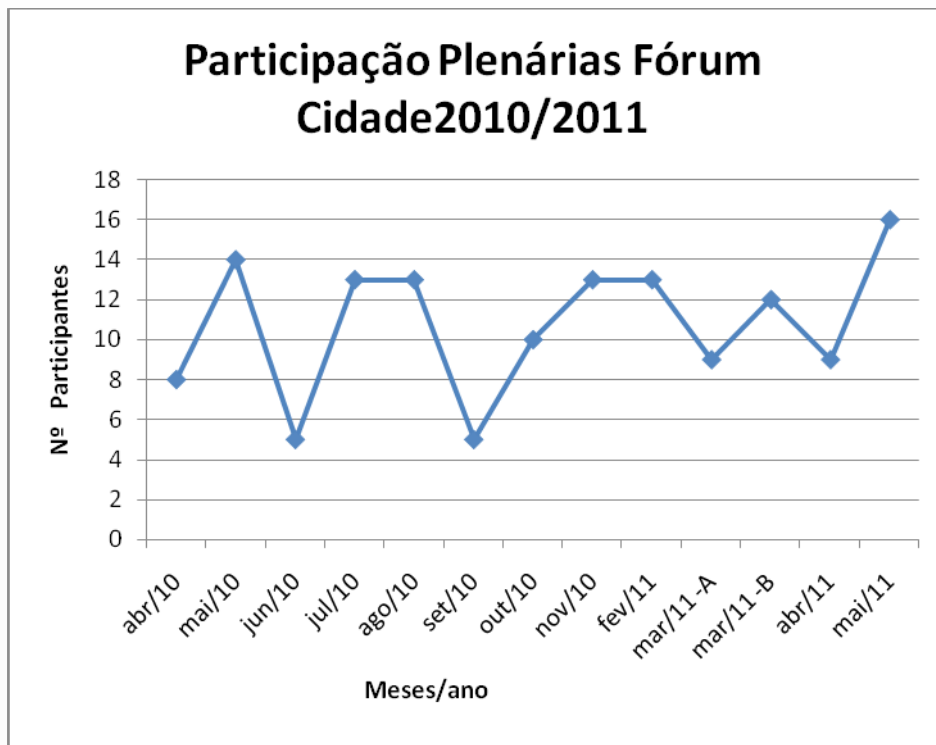
O Fórum da Cidade, denominado “Fórum da Cidade, Organização Popular e Social de Florianópolis”, é um espaço público de articulações entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que buscam participar do processo de elaboração, execução e controle social das Políticas Sócio-urbanas do município de Florianópolis na direção da Democracia, Cidadania, Justiça Social e Desenvolvimento auto-sustentável. Busca potencializar as reivindicações das organizações sócio-comunitárias e ser um espaço coletivo do movimento sócio-comunitário e de outros segmentos organizados da sociedade civil que debatem as questões da Cidade, as políticas e os movimentos organizativos na direção da política urbana com participação e gestão democrática da sociedade civil.

O Projeto Assessoria ao Fórum da Cidade de Florianópolis objetiva contribuir na articulação dos sujeitos populares coletivos que atuam no processo de elaboração da política urbana de Florianópolis, e subsidiá-los na leitura crítica da realidade para sua intervenção. Visa também fortalecer os processos político participativos dos sujeitos bem como apoiar as ações de mobilização popular na construção da política urbana no município e orientar as possibilidades de articulação entre os atores e organizações de base popular.

Compreendendo a assessoria como “[...] espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas à garantia de direitos” (BRAVO; MATOS, 2010, p. 32), neste caso o direito à cidade, este projeto teve início com a demanda do Fórum da Cidade ao NESSOP de um acompanhamento mais sistemático de seu processo político organizativo.

No acompanhamento das atividades do Fórum contribuiu-se na documentação e no processo de mobilização – efetivados através do registro de atas, ações de secretaria e levantamento de presentes nas plenárias. Uma dessas ações voltou-se ao acompanhamento da frequência às plenárias, um dos principais instrumentos de organização deste coletivo. O período de eleições nacionais, os embates e o próprio momento de reestruturação pelo qual o Fórum passava determinou certo esvaziamento e

rotatividade de participantes em suas plenárias, sobretudo em 2010. Com a perspectiva de realização do Congresso da Cidade em 2011, vem ocorrendo maior adesão e articulação dos sujeitos em função do evento, conforme ilustra o gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração própria com base nos registros de presença nas reuniões.

Dessa forma, a assessoria proposta visa pautar as contribuições do Serviço Social com o debate e a construção de políticas e contribuir com os processos organizativos e deliberativos. Por conseguinte, tais propostas pressupõem ações objetivas – como registro, realização de contatos e sistematização – porém, não se reduzem a elas. As atividades específicas de Serviço Social consistem na realização de reflexões e problematizações referentes às atividades gerais do Fórum.

Atualmente o Fórum da Cidade participa da coordenação geral do Congresso da Cidade de Florianópolis, que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de setembro de 2011 para debater a “Cidade que Queremos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Núcleo desenvolve uma variedade de atividades, desde projetos permanentes a eventos mais pontuais, demonstrando sua dinamicidade. Este aspecto está relacionado aos objetivos e ao público a ser atingido. Foram vivenciadas dificuldades e desafios, sobretudo no que se refere ao financiamento dos projetos serem de curta duração, em torno de um ano, necessitando a cada novo ano ser reencaminhado e sem segurança da continuidade dos projetos. Todavia, o traço e tema comum à todos de refere a contribuições para o direito à cidade mostrou-se como importante e significativo. A abrangência e complexidade dos temas referentes à política urbana, como mobilidade urbana, saneamento ambiental, regularização fundiária, habitação e participação social – assuntos centrais do Estatuto da Cidade – tem desafiado e motivado os estudos teórico-metodológicos, bem como orientado a prático-ético do Núcleo.

Na abordagem das atividades do NESSOP a educação popular é entendida como processo de apropriação de conhecimentos, bem como de formação e desenvolvimento de habilidades e capacidades, com vistas a que os sujeitos assumam seu lugar no mundo e exerçam a cidadania ativa, se inserindo nos diferentes espaços de decisão da democracia direta, representativa e participativa.

De tal modo, a educação popular possibilita recriar o poder e com isto, o público. Estes dois aspectos, quais sejam, (a) recriar o poder e (b) o lugar e o sentido do público, distinguem a atualidade e as possibilidades de criação do novo e da ação transformadora no contexto presente. Na medida em que são abordados conteúdos que repensam a democracia representativa e participativa, analisando as relações de poder e avistando o espaço coletivo como espaço de debate, de possibilidades de transvariação dos interesses particulares e individuais aos da '*vontade geral*'<sup>7</sup> dos cidadãos na defesa e consolidação de direitos de toda a ordem (econômicos, civis, sociais e políticos), coloca-se um novo sentido de poder e de público.

No que se refere as atividades de assessoria, seu caráter de apoio tem possibilitado a ampliação e influência de seu espaço de ação. Em relação as atividades de formação, necessitam ser continuamente repensados para atender as demandas da realidade. Neste sentido, os Projetos Dados Urbanos e Experiências em Cena têm abordado temas os mais contemporâneos possíveis em relação ao público alvo que querem alcançar. O Curso de Formação Permanente, apesar de estar sendo desenvolvido em três edições com o mesmo formato, tem sido avaliado para continuidade num curso de aprofundamento e num curso básico ou introdutório, ambos com menor duração.

Analisa-se o ano de 2010 como positivo, devido aos projetos desenvolvidos e finalizados, bem como pelo número significativo de bolsistas na execução das ações,

---

<sup>7</sup> Aqui entendida do sentido dado ao termo por Rousseau, e a partir disto, associado ao sentido da repartição equitativa de poder na democracia (Gerhards e Neidhardt, 1990).

contribuindo na qualificação para a formação acadêmica e profissional dos acadêmicos envolvidos. A partir disso, verifica-se que o Núcleo conseguiu realizar a maioria das atividades que se propôs a desenvolver no planejamento do biênio 2009-2010 e aponta-se a importância dessa ferramenta para o biênio 2011-2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mariane Irineia. **Atuação do assistente social no movimento sócio-comunitário de Florianópolis** : subsídios para (re)pensar a formação profissional. Florianópolis, SC, 2007. 105 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em : <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo : Perspectiva ; Belo Horizonte : Ed. da UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo (org.) **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo : Cortez, 2009.

BIERI, Peter. **Wie wäre es, gebildet zu sein?** Bern : Pädagogosche Hochschule, 04. November, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAVO, Maria Ines S.; MATOS, Maurilio C. (orgs.). **Assessoria e consultoria & serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DEGASPERI, Nínive. **Assessoria** : prática dos assistentes sociais junto ao movimento sociocomunitário de Florianópolis - SC. Florianópolis, SC, 2008. 64 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social. Disponível em : <<http://tcc.bu.ufsc.br/>>

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, 2000/2001.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8ª. ed. rev. e ampl. Indaiatuba : Villa das Palavras, 2007.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. 4º ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HÖFER, Patrick. **Unternehmensportale**. Eine kurze Übersicht zur Klassifizierung, Ausprägung und Funktionen von Unternehmensportale. 2004. Disponível em: [http://www.mindsquare.de/fileadmin/downloads/Klassifizierung\\_Unternehmensportale.pdf](http://www.mindsquare.de/fileadmin/downloads/Klassifizierung_Unternehmensportale.pdf)

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2ª. Ed. São Paulo : Editora 34.

KÖSSLER, Henning. Bildung und Identität. In: KÖSSLER, Henning (Org.). **Identität. Fünf Vorträge**. Erlangen, 1989, S. 51-65. (Erlanger Forschungen, Reihe B; Bd. 20)

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo : Centauro, 2001.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Associações e teorias da democracia. [Texto ainda não publicado].

NESSOP. **Relatório Final Dados Urbanos da 9ª. SEPEX**. Florianópolis, 2010.

NESSOP. **Relatório Final do Estande Dados Urbanos da 8ª. SEPEX**. Florianópolis, 2009.

NESSOP. **Relatório Final Projeto Assessoria ao Fórum da Cidade**. Florianópolis, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações Voluntárias de Florianópolis: Cadastro e Perfil do Associativismo Civil**. Florianópolis: Insular, 1996.

SILVA, Ana Maria Costa. **Desafios contemporâneos para a formação de jovens e adultos**. Educar. Editora UFPR, Curitiba, n. 29, p. 15-28, 2007.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TORO A., José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

UGARTE, Pedro Salazar. Que Participação para qual democracia? In: COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos (orgs.). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 93-106.